
TRAJETÓRIAS DO PROGRAMA AGROAMIGO EM SERGIPE: RESULTADOS E PERSPECTIVAS

Trajectories of the Agroamigo Program in Sergipe: results and perspectives

Diana Mendonça de Carvalho

Geógrafa. Doutora em Geografia Agrária pela Universidade Federal de Sergipe - UFS. Professora do Departamento de Geografia de Itabaiana - UFS. Campus Professor Alberto Carvalho. Av. Vereador Olímpio Grande, Porto, Itabaiana - SE, 49506-036. dianamendoncadecarvalho@gmail.com

Eliano Sérgio Azevedo Lopes

Economista. Doutor em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pelo Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - CPDA/UFRRJ. Professor Aposentado da UFS. eliano.sergio@yahoo.com.br

José Eloízio Costa

Geógrafo. Doutor em Geografia Agrária pela Universidade Estadual Paulista - UNESP. Professor Titular do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFS. Av. Marechal Rondon, s/n Bloco Departamental II, Jardim Rosa Elze. 49100-000, São Cristóvão, SE. eloizio.npgeo@gmail.com

Resumo: O Agroamigo faz parte do que se convencionou chamar de programa de microfinanças rurais. Em seus 18 anos de existência, o programa sobrevive a problemas de diversas ordens, mas se sedimenta como política pública de alicerce produtivo a pequenos agricultores de base familiar no Nordeste brasileiro. Diante disso, o presente artigo visa analisar os resultados e as perspectivas futuras desse programa de forte efeito socioeconômico entre os agricultores familiares mais pobres do meio rural sergipano. Para tanto, parte-se de uma análise quali-quantitativa, embasada nos dados cadastrais do programa, fornecidos pelo BNB (2023), e revisão bibliográfica, que proporcionaram a espacialização e a apreciação de alguns aspectos importantes sobre sua execução nesse período. De 2005 a 2022, os procedimentos e normas institucionais estabelecidas pelo programa deram concretude a seus objetivos e sedimentou a valorização do pequeno agricultor pobre, no sentido de torná-lo tomador potencial de crédito e capaz de cumprir com os compromissos assumidos com o banco. Aspecto esse constatado em Sergipe, mas que ainda apresenta lacunas a serem superadas pelo maior fortalecimento da relação de proximidade entre os seus operadores e o público-alvo.

Palavras-chave: Agricultura Familiar; Beneficiários; Pecuária; Gênero; Economia Local.

Abstract: The Agroamigo is part of what is known as a rural microfinance program. In its 18 years of existence, the program has survived problems of various types, but it has established itself as a public policy that provides a productive foundation for small family-based farmers in northeastern Brazil. Therefore, this article aims to analyze the results and prospects of this program with a strong socioeconomic effect among the poorest family farmers in rural Sergipe. Therefore, it starts with a qualitative and quantitative analysis, based on the program's registration data, provided by the BNB (2023) and a bibliographical review, which provided the spatialization and appreciation of some important aspects about its execution in this period. From 2005 to 2022, the procedures and institutional norms established by the program gave concrete form to its objectives and consolidated the appreciation of the small poor farmer, in the sense of making him a potential borrower of credit and capable of fulfilling the commitments assumed with the bank. This aspect was observed in Sergipe, but which still has gaps to be overcome by further strengthening the close relationship between its operators and the target audience.

Keywords: Family Farming; Beneficiaries; Livestock; Gender; Local Economy.

1 INTRODUÇÃO

Neste artigo, procuram-se analisar os resultados e as perspectivas futuras do programa Agroamigo no estado de Sergipe, política pública de forte efeito socioeconômico entre os agricultores familiares mais pobres do meio rural sergipano.

O Agroamigo faz parte do que se convencionou chamar de programa de microfinanças rurais, criado a partir da experiência exitosa do Crediamigo – voltado para a clientela pobre das cidades. Sob a gestão do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), em parceria com o Instituto Nordeste Cidadania (INEC), seu braço operacional, visa a estimular a geração de renda e melhoria de condições de vida de unidades familiares de produção rural na região nordestina. Em seus 18 anos de existência, o programa sobrevive a inúmeros impasses, entre os quais as complexas e distintas realidades espaciais e a configuração de um “novo mundo rural”, sob o protagonismo do agronegócio produtor de *commodities* voltadas à exportação.

Atuando como extensão operacional, em sua forma contratual simplificada do Programa de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o programa tem impactado positivamente no fomento às atividades do pequeno agricultor familiar do Nordeste, diante dos limites e constrangimentos ao acesso de crédito regular existente no mercado, alavancado pela aplicação de uma metodologia inovadora, que favorece a viabilidade e a expansão dessa espécie de microcrédito junto aos agricultores familiares da Região, e de Sergipe, em particular.

Na linha de estudos realizados pelos autores – fazer uma espécie de balanço de resultados do Agroamigo em seus 18 anos de existência – justifica-se não apenas pela magnitude dos recursos financeiros envolvidos, mas também pela sua capilaridade, inovação da sua metodologia de aplicação e, o mais importante, a focalização de suas ações no segmento mais vulnerável dos produtores rurais – a camada mais pobre dos agricultores familiares do estado de Sergipe.

Assim, com base em revisão bibliográfica, resultados de estudos e pesquisas realizadas pelos autores e outros estudiosos do tema, entre os quais: Aquino e Bastos (2015), Brito (2017), Carvalho (2018), Lopes et al. (2018) e Nort (2005 e 2007), tendo como principal suporte os dados empíricos do cadastro de beneficiários do Programa, disponibilizados pelo BNB, mediante o uso do software Excel (2023), Corel Draw e Phicartor, procurou-se evidenciar sua evolução ao longo dos anos, seja em termos espaciais no espaço rural de Sergipe, seja no que diz respeito às estratégias e ao relacionamento de seus agentes com os beneficiados com acesso aos recursos do programa e os resultados alcançados por ele.

Através de uma análise crítica, os autores põem em relevo e comentam aspectos importantes sobre o desenho e a execução do Agroamigo de Sergipe, com o intuito de contribuir para discussões mais aprofundadas sobre o tema. Evolução do número de contratos, valores contratados, gênero dos tomadores do crédito, objetivos e áreas de aplicação dos recursos tomados, entre outros, constituem a matéria-prima do artigo em tela.

2 RELAÇÃO ENTRE A AGRICULTURA FAMILIAR E O AGROAMIGO

A agricultura familiar é definida mediante características próprias do sistema produção e vida do grupo doméstico, em que o trabalho e a administração da unidade produtiva são executados predominantemente por membros da família; os recursos financeiros advêm, em grande medida, dos resultados do ali produzidos; residem na unidade produtiva; e, são responsáveis por considerável produção de alimentos necessários à cesta básica nacional. A maior parte desses agricultores carecem de tecnologias adaptadas às suas condições socioeconômicas – o que vai se refletir na baixa produtividade da unidade de produção –, ausência de titularidade sobre sua terra, desassistência de entidades prestadora de assistência técnica e extensão rural (ATER), além de dificuldades de

acesso aos mercados. Esses aspectos os limitam e os isolam dentro do contexto produtivo nacional, com constrangimentos ao alcance de nível renda e condições de vida satisfatórios.

Desse modo, a agricultura familiar exprime a relação entre terra, meios de produção e trabalho, que, no atual momento, sobrevive às mudanças ocorridas no contexto da agricultura brasileira, fortemente integrada ao processo de produção capitalista, via inserção ao mercado financeiro. Ainda assim, a agricultura familiar tem se mantido integrada aos mercados, em consonância às demandas do mercado interno local, embora mantendo uma forma de vida com produção e trabalho que não se confundem com a racionalidade efetiva da acumulação capitalista.

O ingresso de agricultores familiares ao mercado financeiro via acesso a políticas públicas, como o Agroamigo, abre um leque de oportunidades produtivas e de geração de renda que pode ser angariada com organização social e promoção de finanças de proximidade, como salienta Abramovay (2003, p. 2): “o desafio básico está em construir um conjunto de organização locais que estimule a poupança e a diversidade dos investimentos das populações vivendo hoje em situação de pobreza no meio rural”. Mesmo sabendo que a reserva de poupança que vem sendo gestada tende para aquisição do gado, tem-se que estimular formas de fortalecimento e sobrevivência desses agricultores no sistema capitalista.

2.1 Evolução Institucional e Espacial do Agromigo

As instituições são constituídas por normas formais e informais, moldadas pela sociedade, com vista a conduzir as interações sociais, políticas e econômicas ao longo do processo histórico, considerando a evolução humana e as mudanças nas formas de conduta e de comportamento social, além dos incrementos inovadores. As instituições evoluem segundo Nort (2005), mediante integração entre eficiência adaptativa, choques econômicos, guerras e polícias, que demandam mudanças de conduta das instâncias, buscando promover crescimento contínuo. Sendo assim,

[...] Organizations are created with purposive intent in consequence if the opportunity set resulting from the existing set of constraints (institutional ones as well as the traditional ones of economic theory) and in the course of attempts to accomplish their objectives are a major agent of institutional chance. (NORTH, 2007, p. 05)

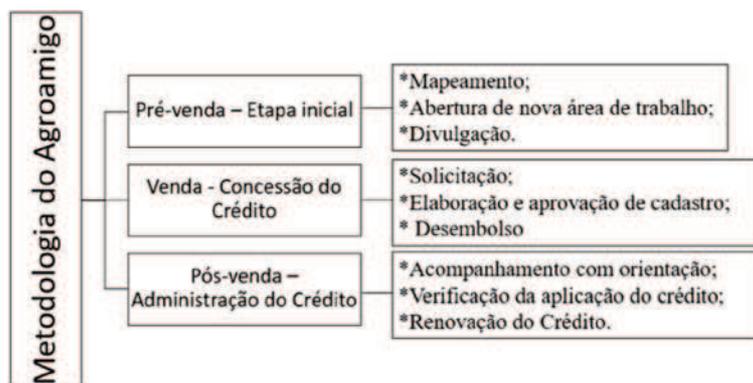
Para Abramovay (1998, p. 142), as instituições “[...] traduzem, antes de tudo, um conjunto de normas de comportamento e de valores pelos quais os indivíduos se relacionam com o que fazem”. Carvalho (2018) analisa essas como instâncias formais e informais que limitam a racionalidade de interação humana, ao passo que alteram a política, a partir das escolhas sociais. Nesse contexto, o institucionalismo brasileiro ganha evidência e estabilidade com a Constituição de 1988, alicerçando o Estado em novos mecanismos de gestão social, que refletem o momento histórico de redemocratização do país e a imposição de novas normas de conduta para as políticas públicas, por exemplo. Em vista disso, programas institucionais alicerçados pelo Estado devem corresponder à vontade do povo, e no caso do Agroamigo, sua manutenção histórica condiz com a necessidade de evolução histórica da sociedade rural nordestina, que luta contra os vieses da pobreza e do clientelismo inerente as relações de poder.

Neste contexto, o Agroamigo, assim como seu programa base – o Pronaf –, tem sofrido evolução nas suas instâncias legais, visando alicerçar uma demanda que vem da sociedade brasileira, e no específico, da nordestina. O Agroamigo é reflexo das necessidades operacionais do Pronaf B, institucionalizado em 1999 (Resolução nº 2.629 do Conselho Monetário Nacional), com intuito de auxiliar agricultores familiares que têm por base econômica a “[...] exploração do estabelecimento e [...] renda bruta anual que não ultrapassasse quinze mil reais, excluídos os proventos da aposentadoria rural, e tal renda fosse oriunda da exploração agrícola e/ou não-agrícola” (CARVALHO, 2018, p. 202).

A operacionalização do Pronaf B, mediante sua evolução ano após ano, sobretudo no Nordeste do país, mostrou consequências inviáveis para o sistema financeiro e para os próprios agricultores, que tendiam à condição de inadimplentes. Diante disso, em 2005, o Banco do Nordeste (BNB), em parceria com o Instituto Nordeste de Cidadania (INEC), passam a ofertar o Agroamigo, estabelecendo uma nova metodologia de ação, com vias à sustentabilidade dos pequenos produtores rurais e promoção de equidade de gênero no campo, isto é, o programa nasce com o intuito de “[...]contribuir positivamente com a condição econômico e social de agricultores(as) familiares, enquadrados no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), com exceção dos grupos A e A\C” (BRITO, 2017, p. 93).

O processo metodológico do Agroamigo envolve etapas enumeradas pelo BNB (2023), visando dar sustentabilidade ao programa (Figura 1). Tais etapas vão desde o reconhecimento do espaço de atuação, observando as especificidades locais, com vistas à publicização do programa até a elaboração do projeto, concessão de crédito e acompanhamento dos beneficiários. Sendo assim, o Agroamigo se define em pilar de condução à realização de demandas socioprodutivas dos agricultores familiares desassistidos, e até então, sem acesso a políticas públicas, colocando-o agora como protagonista no padrão de relacionamento entre o cliente e o banco.

Figura 1 – Metodologia do Agroamigo (2023)

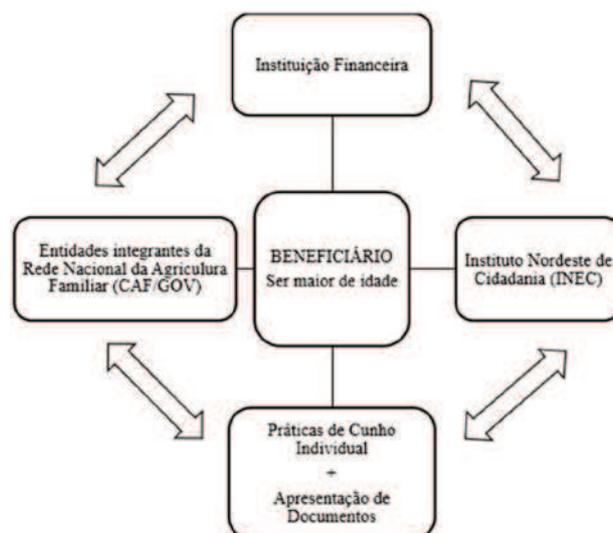


Fonte: BNB (2023).

Em sua estrutura operacional, o Agroamigo é mantido por recursos oriundos do Tesouro Nacional, especificamente do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), considerados exíguos se comparados aos recursos da política monetária e fiscal disponibilizados para o agronegócio brasileiro (DELGADO, 2012). Contudo, esse programa traz em si uma metodologia inovadora, pois agrega atendimento personalizado às necessidades do agricultor, assim como os acompanham e os orientam no sentido de aplicação e ciclo do crédito, via presença de agentes de microcrédito, com objetivo de subsidiar oportunidades produtivas e sustentáveis às unidades produtivas.

Nessa condição, o programa agrega um arranjo institucional que fundamenta a execução das etapas metodológicas de operacionalização do Agroamigo (Figura 2). Os documentos de cunho pessoal, de relação com a terra e Cadastro Ambiental Rural (CAR) são requeridos pelas agências operacionalizadoras do Agroamigo, que, nos últimos anos, agregou melhorias financeiras, “[...] preocupação com o crescimento econômico, produção sustentável, inclusão social e equidade de gênero” (BNB, 2022, p. 14). Isso mediante a agregação de tecnologias e definição de subclasses que atendam às especificidades do agricultor familiar, como o Agroamigo Crescer, Agroamigo Mais, Agroamigo Sol, Agroamigo NET e Agroamigo Água.

Figura 2 – Arranjo institucional do Agroamigo (2023)



Organização: Carvalho (2023), baseado em Carvalho (2018).

No Nordeste brasileiro, o Agroamigo tem forte representatividade diante dos volumes de recursos disponibilizados à agricultura familiar, conforme evidenciado nos números de contratos e de montantes liberados entre os anos de 2005 e 2022. O Relatório do Banco do Nordeste do Brasil, referente ao ano de 2022, demonstrou que o número de operações contratadas para os 9 estados nordestinos passou de 18.035 no ano de 2005 para 593.629 em 2022, isto é, crescimento da ordem de 3.191,5%. Mesmo com esse aumento, é interessante validar que os volumes contratuais foram quase sempre crescentes até 2013, só sendo retomado entre 2015-2017 e voltando a decair em 2018 e 2019, desde quando voltou a crescerem termos numéricos (Tabela 1 e Gráfico 1). Todavia, mesmo com a variação contratual, no intervalo de 18 anos, foram efetivados quase 7 milhões de operações, que liberaram pouco mais de 24 bilhões de reais no Nordeste. No intervalo de 2005 a 2022, o acréscimo de recursos, no total dos 9 estados, foi da ordem de 20.523%.

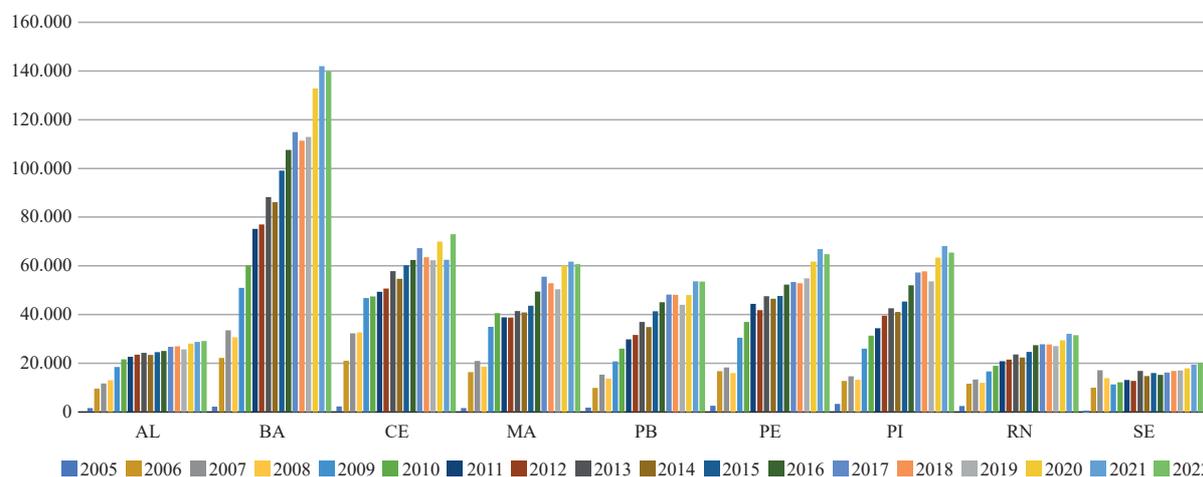
Tabela 1 – Contratos e valores liberados no Nordeste (2005-2022)

	Número de operações contratadas pelo Agroamigo	Valor contratado pelo Agroamigo (R\$)
2005	18.035	16.797.903
2006	130.100	140.900.932
2006	192.736	238.396.856
2008	182.947	226.422.388
2009	286.175	398.107.699
2010	329.105	536.061.839
2011	366.681	696.033.175
2012	375.088	823.681.575
2013	421.486	1.127.922.195
2014	406.408	1.380.407.201
2015	448.593	1.650.706.513
2016	481.640	1.792.019.139
2017	518.697	2.091.174.661
2018	507.097	2.287.136.872
2019	495.684	2.275.034.194
2020	564.900	2.636.649.566

	Número de operações contratadas pelo Agroamigo	Valor contratado pelo Agroamigo (R\$)
2021	589.753	3.085.307.002
2022	593.629	3.464.215.639
	6.908.754	24.866.975.349

Fonte: BNB (2023).

Gráfico 1– Evolução contratual por estados nordestinos (2005-2022)



Fonte: BNB (2023).

3 O QUE REVELA A EXPERIÊNCIA DO AGROAMIGO EM SERGIPE: ANÁLISE DE RESULTADOS

Em Sergipe, atualmente 11 unidades do BNB operacionalizam o Agroamigo, estando localizadas em Boquim, Carira, Estância, Gararu, Itabaiana, Lagarto, Neópolis, Nossa Senhora das Dores, Propriá, Simão Dias e Tobias Barreto. Essas unidades respondem pelas especificidades produtivas e regionais, a partir da atuação de 50 agentes de crédito (BNB, 2023).

Pesquisa feita por Lopes et al. (2018), em 2017, constatou 15 agências do BNB, localizadas nos municípios de Aracaju (Centro e Siqueira Campos), Boquim, Carira, Estância, Gararu, Itabaiana, Lagarto, Laranjeiras, Neópolis, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora das Dores, Propriá, Simão Dias e Tobias Barreto que operavam com o Agroamigo. O quadro funcional que trabalhava no programa Agroamigo era constituído por 63 pessoas, sendo 39 agentes de microcrédito, 11 coordenadores e 13 assistentes da coordenação, lotados na sede do BNB e nas diversas agências do Banco nos municípios sergipanos que executavam o programa. Logo, nota-se uma redução tanto no número de agências como de pessoas diretamente ligadas à execução do programa no Estado.

Segundo Lopes et al. (2018), nos primeiros 10 anos do programa, o BNB, utilizando a metodologia do Agroamigo, realizou 83.482 operações nos municípios da pesquisa, correspondentes a 61.167 contratos, o que significa, em média, 36,5% de renovação contratual no período. Em outros termos, mais de um terço dos agricultores familiares que obtiveram financiamento por meio do programa Agroamigo, no período estudado, fizeram-no por mais de uma vez.

Ainda segundo esses autores, é possível demarcar três ciclos de operacionalização do Agroamigo em Sergipe nos 10 anos de sua execução: o inicial, em 2005, com a participação de nove municípios; o segundo, de 2006 a 2008, já com um salto expressivo em termos de cobertura, atingindo

67 municípios; e o terceiro, de consolidação do programa, com expansão do programa por todos os 75 municípios sergipanos.

Dados atualizados fornecidos pelo BNB mostram que, para o estado de Sergipe, foram feitas, nesses 18 anos de atuação do Agroamigo, 261.082 operações – considerando possíveis renovações – com alocação de recursos financeiros da ordem de R\$ 963.441.056, em valores nominais. Com exceção de 2016, os valores médios dos contratos aumentaram em termos correntes ou nominais. O mesmo não ocorreu com as operações, que sofreram oscilações para mais e para menos no período considerado. Entretanto, quando agrupadas por blocos, tendo como parâmetro os governos Lula, Dilma e Temer/Bolsonaro, observa-se que foi no governo Dilma (2011 a 2016) que a média do número de operações contratadas obteve o seu maior valor, com 14.752 contratos, seguido de perto pelo governo Temer/Bolsonaro (Tabelas 2 e 3).

Tabela 2 – Estado de Sergipe: Número total de contratos e valor total e médio contratados com o Agroamigo (2005-2022)

Ano	Número de contratos	Valor total (R\$ 1,00)	Valor médio (R\$ 1,00)
2005	451	412.402	914,41
2006	10.028	10.657.902	1.062,81
2007	17.127	22.391.559	1.307,38
2008	13.884	19.454.093	1.401,19
2009	11.350	16.932.355	1.491,84
2010	12.166	21.880.844	1.798,52
2011	13.099	27.658.177	2.111,47
2012	12.749	30.765.928	2.413,20
2013	16.809	49.592.702	2.950,36
2014	14.715	54.375.953	3.695,27
2015	15.943	64.327.476	4.034,84
2016	15.202	61.208.724	4.026,36
2017	16.228	71.785.205	4.423,54
2018	16.807	82.524.576	4.910,13
2019	17.006	85.278.733	5.014,63
2020	17.941	94.271.880	5.254,55
2021	19.429	114.738.383	5.905,52
2022	20.148	135.184.164	6.709,56
Total	261.082	963.441.056	3.690,18

Fonte: BNB (2023).

Tabela 3 – Estado de Sergipe: Número de operações contratadas pelo Agroamigo - 2005/2022

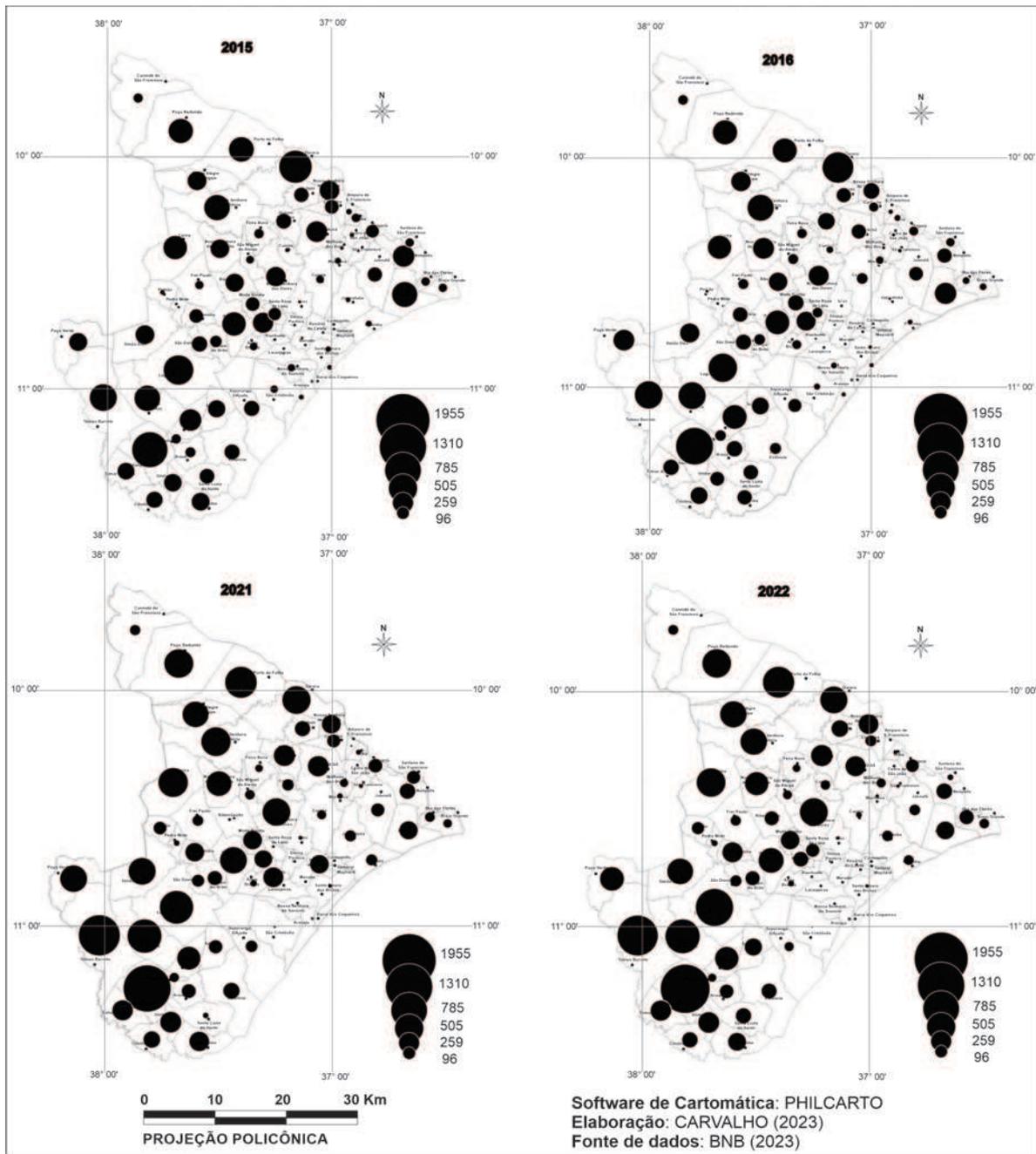
Ano	Número de operações	
	Absolutas	Média
2005	451	-
2006	10.028	-
2007	17.127	-
2008	13.884	-
2009	11.350	-
2010	12.166	-
2005/2010	65.066	10.844
2011	13.099	-
2012	12.749	-
2013	16.809	-
2014	14.715	-
2015	15.943	-
2016	15.202	-
2011/2016	88.517	14.752
2017	16.228	-
2018	16.807	-
2019	17.006	-
2020	17.941	-
2021	19.429	-
2022	20.148	-
2017/2022	87.411	14.568

Fonte: BNB (2023).

Em termos espaciais, a efetivação dos contratos com a metodologia do Agroamigo em Sergipe, assim como em outras partes do Nordeste, está condicionada ao conhecimento do programa pelos agricultores familiares pobres, mediação dos agentes de crédito, assim como pela localização e área de atuação das agências do Banco do Nordeste (BNB). Assim, o início do Agroamigo não foi algo fácil, diante do medo de endividamento junto ao Banco, advindo dos casos de inadimplências vivenciados por outros agricultores com o Pronaf B, assim como pela recusa de muitos agricultores em concordar com assessoria técnica do agente do crédito, no sentido de indicar as atividades a serem implementadas com o microcrédito concedido pelo Banco. Exemplo disso foi o fato ocorrido em 2005, quando apenas nove municípios tiveram contratos efetivados, a saber: Capela, Gararu, Muribeca, Nossa Senhora das Dores, Pinhão, Poço Verde, Porto da Folha, Siriri e Tobias Barreto. A espacialização em termos de outros municípios só vem a ocorrer propriamente a partir de 2007, quando se expande entre agricultores do agreste e sertão sergipano, sem desconsiderar municípios do leste sergipano, como Neópolis, Aracaju e Brejo Grande.

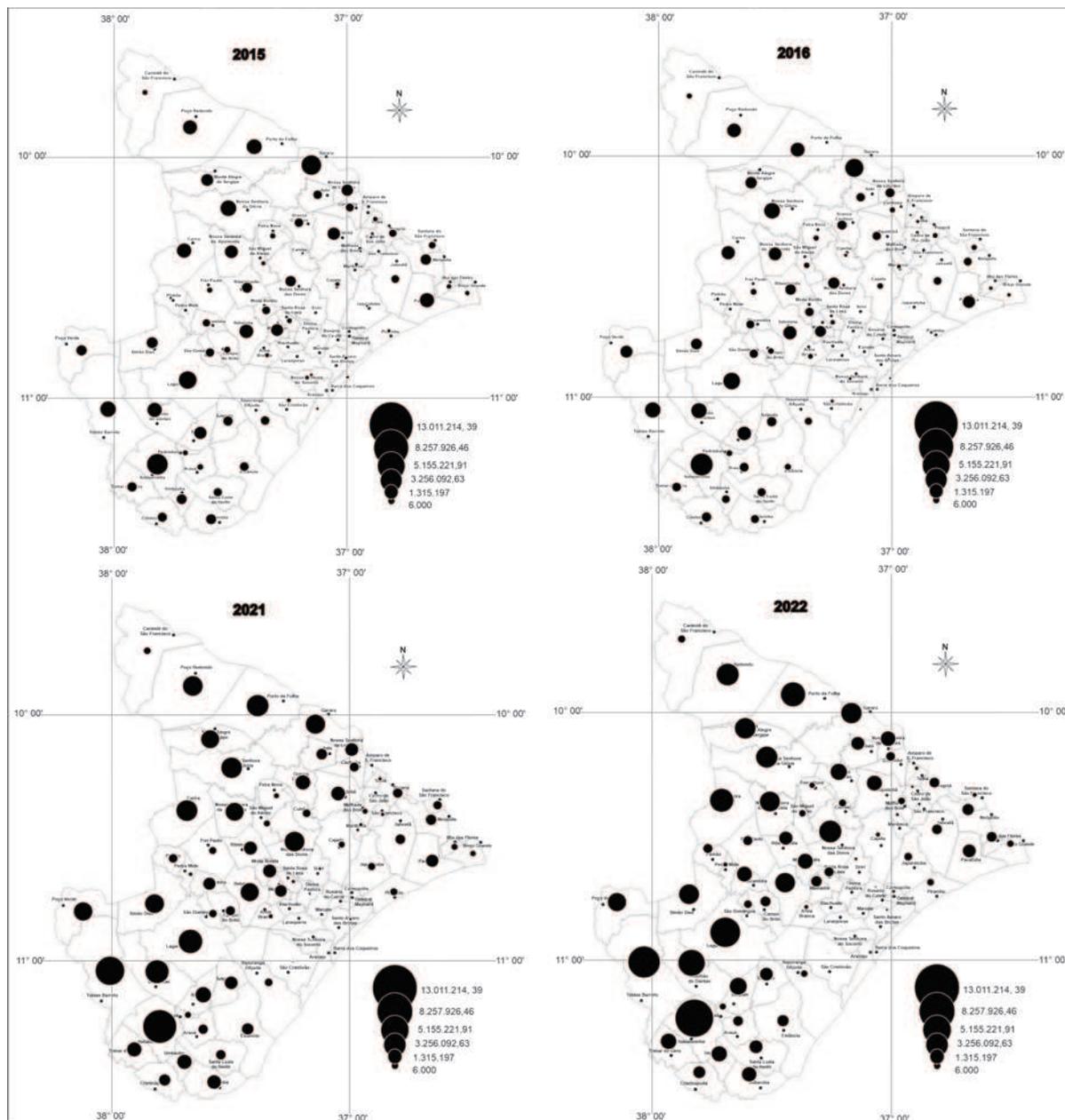
Essa espacialização ocorre motivada pela inversão da lógica tradicional de o cliente ter que ir ao banco para buscar financiamento, isto é, pela valorização do pequeno agricultor ao receber em sua unidade os agentes de crédito para oferta e demarcação do projeto de microcrédito. Diante disso, a espacialização do Agroamigo se mantém ativa entre os municípios do Estado, mas com variações constantes em termos de contratos e recursos liberados, conforme figuras 3 e 4, que dimensionam o quão dinâmico tem sido o microcrédito, quanto à atuação das instituições envolvidas e agricultores atendidos. O marco temporal utilizado vai de 2015 a 2022, pois além de evidenciar a lógica variante, perpassa também, um momento de transição estatal e de pandemia, diferente do evidenciado entre 2005 e 2015 de estabilidade política (Figuras 4 e 5).

Figura 3 – Contratos do Agroamigo em Sergipe (2015-16 e 2021-22)



Fonte: Atlas do Philcarto (2023) e Dados do BNB (2023). Organização: Carvalho (2023).

Figura 4 – Valores liberados do Agroamigo em Sergipe (2015-16 e 2021-22)



Fonte: Atlas do Philcarto (2023) e Dados do BNB (2023). Organização: Carvalho (2023).

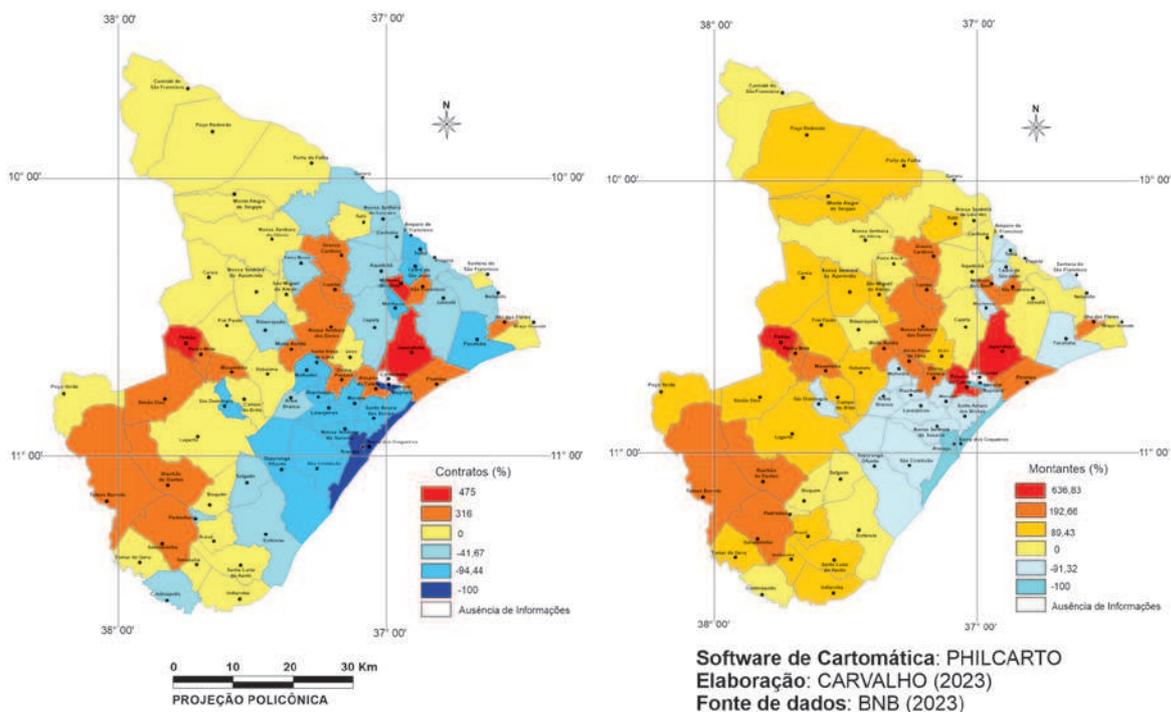
Nesse contexto, a conjuntura do Agroamigo se manteve quase que constante, tendo queda específica em 2016 pelas instabilidades vividas pelo país e expressa em diminuição contratual em alguns municípios, que volta a crescer entre 2017 e 2022. Em termos de montante liberado, esses crescem em decorrência das correções inflacionárias e do aumento dos valores disponibilizados, impostos pelas condições de mercado.

As figuras acima destacam municípios como Itabaianinha, que teve o maior número de operações executadas, assim como de montantes liberados e a saída de municípios como Aracaju e Carmópolis do status de agricultores beneficiados pelo Agroamigo entre 2015 e 2022. A saída de Aracaju é justificada pela condição urbana e inexpressiva atividade primária; enquanto a do segundo, pelo pequeno número de estabelecimentos familiares, quando comparado ao de outros municípios sergipanos, aliado à força do extrativismo mineral.

Municípios do centro-oeste sergipano foram foco de inúmeras operações, sempre com tendência crescente, em virtude da agregação histórico-social de unidades produtivas familiares vinculadas ao cinturão do milho que se criou nessa região, visando ao abastecimento de indústrias de rações do município de Luiz Eduardo Magalhães (BA) e de áreas produtoras de galináceos no interior pernambucano, assim como a própria logística alimentar do gado leiteiro no alto sertão sergipano, com a produção de silagem. Deste modo, vislumbra-se o quanto os pequenos agricultores sergipanos se vinculam à subordinação do capital, via produção e entrega produtiva aos grandes empresários.

Nesse quadro contratual e de montantes disponibilizados de Sergipe, a variação se faz perceptível pela espacialização, demonstrando áreas com acréscimos e decréscimos de contratos e de montantes (Figura 5). Isso decorre dos fatores já previamente mencionados, assim como pela própria condução do sistema financeiro em estimular as práticas de empréstimos de microcrédito, que não se faz valorativo, quando comparado ao agronegócio, mas que se faz algo “seguro”, em virtude dos pequenos agricultores familiares, tradicionalmente arcarem com suas obrigações e “terem palavra” naquilo que se comprometem a fazer.

Figura 5 – Variação relativa em termos de efetivação contratual e recursos liberados em Sergipe (2015-2022)



Fonte: Atlas do Philcarto (2023) e Dados do BNB (2023). Organização: Carvalho (2023).

Por outro lado, as figuras com cálculos de avaliação mostram como tem sido decrescente a presença do Agroamigo no leste sergipano, justificado em mudanças condicionantes da economia sócio produtiva local; ao passo que se impõe no sertão e agreste, como possibilidade real a questão produtiva e integrativa dos pequenos agricultores à lógica do capital vigente, que tem se manifestado fortemente com a realização da SEALBA, no município de Itabaiana, suscitando a força produtiva do milho nos estados de Sergipe, Bahia e Alagoas.

No que diz respeito ao arranjo institucional e articulação com outras políticas públicas, Lopes et al. (2018) mostram que o Agroamigo, apesar de considerar importante a busca de articulação com outras instituições governamentais que atuam no meio rural, principalmente as prefeituras municipais, através de suas secretarias de agricultura, e organizações associativas e sindicais de

trabalhadores rurais, ainda não conseguiu concretizar efetivamente essa conexão. Assim, os termos cooperação e parceria que aparecem com frequência na narrativa dos coordenadores e agentes do Agroamigo, ao salientar os bons resultados do programa parecem ficar mais no campo da retórica, pois nem essa articulação, nem a sinergia com outros programas de governo para o setor público agrícola, a exemplo do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Assistência Técnica (ATER), Programa de Garantia de Preços para a Agricultura Familiar (PGPAF), Biocombustível, Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), Bolsa Família, Zoneamento Agrícola, Proagro Mais e Programa de Atividades Produtivas Rurais podem ser consideradas efetivas e regulares no caso de Sergipe.

A fraca relação interinstitucional e a praticamente inexistente articulação com as demais políticas públicas em execução no meio rural – basicamente restrita ao programa Bolsa Família – constitui um dos pontos críticos do programa, em termos de sustentabilidade das atividades agropecuárias e de melhoria de renda dos agricultores familiares que acessam o programa, situação já observada por Aquino e Bastos (2015).

Nos 10 principais municípios sergipanos que acessavam o programa, pesquisados por Lopes et al. (2018), a relação do Agroamigo com as instituições existia, porém era ainda pouco efetiva, variando entre um bom entendimento entre os técnicos do programa e as instituições governamentais de alguns municípios. No contexto, era evidente estranhamentos e conflitos com prefeituras municipais, principalmente, por essas quererem extrair dividendos políticos com o Agroamigo.

A sinergia existia apenas em relação ao programa Bolsa Família e, parcialmente, com a EMDA-GRO, empresa estadual responsável pela prestação dos serviços de assistência técnica e extensão rural aos produtores rurais de Sergipe; com algumas Secretarias Municipais de Agricultura e com alguns sindicatos de trabalhadores rurais.

4 A QUESTÃO DE GÊNERO NO AGROMIGO EM SERGIPE

Lopes et al. (2018) salientam o fato de que, historicamente, a presença da mulher e das atividades executadas por essas na “lida” do campo sempre foram ignoradas ou vistas como “ajuda”, na maioria das análises sobre o agro brasileiro. Era como se fossem invisíveis, pois sua contribuição efetiva para a reprodução física e social do grupo familiar não era reconhecida.

Tal distorção e a miopia com que eram tratadas felizmente estão sendo revistas, e o seu papel enquanto agente econômico ativo no interior da família de agricultores familiares, reavaliado e reconhecido, ainda que de forma gradual. Programas específicos criados para as mulheres do campo, a exemplo do PRONAF-Mulher, e outros que as colocam como público-alvo, caso do Agroamigo, têm contribuído para o resgate dessa dívida social e do reconhecimento da sua importância na criação de renda e riqueza no meio rural.

A distribuição dos contratos do Agroamigo em Sergipe aponta para uma situação inovadora e de reconhecimento da importância do trabalho feminino nas atividades produtivas desenvolvidas na agricultura familiar.

Tal como já constatado para a região Nordeste por Aquino e Bastos (2015), em Sergipe também tem sido significativa a contribuição do Agroamigo para o acesso das mulheres a essa política específica de financiamento rural; nesse caso, com uma participação levemente superior à região Nordeste, 48,5% contra 47,6%, respectivamente.

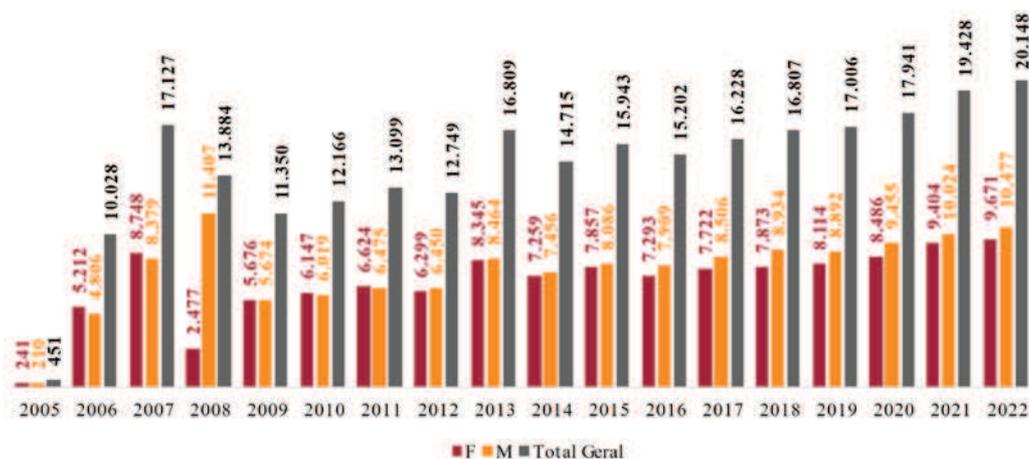
Essa situação vem se mantendo de forma equilibrada ao longo dos 18 anos de implementação do programa no estado, embora tomando o crédito em volume inferior aos homens (Tabela 4 e Gráfico 2).

Tabela 4 – Estado de Sergipe: Número de contratos do Agroamigo, segundo o sexo dos tomadores - 2005/2022

Ano	Sexo				Total
	Feminino		Masculino		
	Absoluto	%	Absoluto	%	
2005	241	53,4	210	46,6	451
2006	5.212	52,0	4.806	47,9	10.028
2007	8.748	51,1	8.379	48,9	17.127
2008	2.477	17,8	11.407	82,2	13.884
2009	5.676	50,0	5.674	50,0	11.350
2010	6.147	50,5	6.019	49,5	12.166
2011	6.624	50,6	6.475	49,4	13.099
2012	6.299	49,4	6.450	50,6	12.749
2013	8.345	49,6	8.464	50,4	16.809
2014	7.259	49,3	7.456	50,7	14.715
2015	7.857	49,3	8.086	50,7	15.943
2016	7.293	48,0	7.909	52,0	15.202
2017	7.722	47,6	8.506	52,4	16.228
2018	7.873	46,8	8.934	53,2	16.807
2019	8.114	47,7	8.892	52,3	17.006
2020	8.486	47,3	9.455	52,7	17.941
2021	9.404	48,4	10.024	51,6	19.428
2022	9.671	48,0	10.477	52,0	20.148

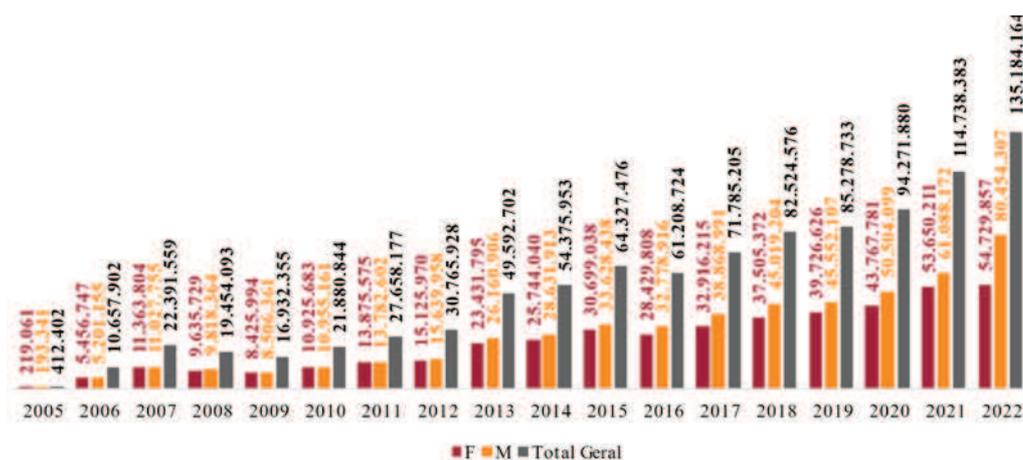
Fonte: BNB (2023). Nota: 2006 (10 não identificados).

Gráfico 2 – Sergipe: Evolução Contratual do Agroamigo por Gênero (2005-2022)



Fonte: BNB (2023). Organização: Carvalho (2023).

Gráfico 3 – Sergipe: Evolução do Montante do Agroamigo por Gênero (2005-2022)



Fonte: BNB (2023). Organização: Carvalho (2023).

Todavia, esse retrato do Agroamigo representa muito na conjuntura da agricultura familiar sergipana e na função feminina, enquanto gestora, muitas vezes, da unidade familiar de produção. Segundo Costa e Carvalho (2020, p. 198), não se pode menosprezar os quase 25% de mulheres como gestoras dos estabelecimentos familiares, “[...] pois, apesar de serem minoria, em termos absolutos, elas têm importância entre os estabelecimentos agropecuários (quase 18 mil na categoria de AFs, ou seja, um em cada quatro estabelecimentos agropecuários está sob a gestão de uma mulher)”¹. Esse aspecto também contribui para maior diversificação produtiva, ainda que de forma incipiente, contrariando a tendência da criação bovina que o programa sempre teve, ao manter os reflexos histórico-culturais do estado enquanto espaço pecuarista (FREIRE, 1891).

As mulheres que têm tido acesso ao Agroamigo, apesar de também executarem contratos voltados à bovinocultura, têm direcionado os recursos à produção da pecuária de pequeno porte, como a criação de suínos, galináceos, caprinos e ovinos, ao mesmo tempo em que também utilizam os recursos para incentivos a agricultura alimentar, com a produção de milho e doces, além de fomento às indústrias de transformação e estímulos ao turismo rural.

Em termos gerais, no entanto, apesar de incentivá-las, o programa Agroamigo em Sergipe ainda não conseguiu resultados expressivos e massivos nesse sentido. Experiências individuais têm sido encontradas aqui e ali, porém sem reflexos mais profundos no quadro geral.

É unânime a opinião dos operadores do Agroamigo, tanto os que trabalham no campo como os que coordenam e supervisionam o programa na sede do BNB em Aracaju, de que a tão sonhada busca pela diversificação produtiva e a inovação se apresentam como os grandes desafios postos na década de execução do programa em Sergipe. Convencer os agricultores familiares a adotar práticas inovadoras, introduzir novas culturas ou ampliar o leque de produtos e/ou criação na propriedade tem sido muito difícil, embora alguns deles tenham aceitado as sugestões feitas pelos agentes de crédito e investido nessa questão.

O cenário ainda é de uma agricultura de base familiar que procura consolidar ou ampliar atividades produtivas sobre as quais há uma experiência histórica, culturas e criação de animais com que se tem trabalhado tradicionalmente há muitos anos.

É possível que as características de pequenos agricultores com escassez de recursos e pouca terra, por exemplo, não os estimulem a modificar hábitos já arraigados, no sentido de investir no “novo”. Daí a “reação às mudanças”, como enfatizam os coordenadores e agentes do Agroamigo,

1 Do total de 72.060 estabelecimentos familiares, 17.425 já são gestados pelo sexo feminino (cerca de 25%) (IBGE, 2017) - aspecto que demonstra o crescimento das mulheres na labuta diária do campo.

talvez explicada menos pelo receio de lidar com o que não conhecem ou não dominam e mais pela racionalidade – mesmo que intuitiva – de virem a adotar práticas e inovações que podem comprometer a reprodução física social do grupo familiar.

A finalidade do crédito tem sido voltada geralmente para atividades ou serviços já desenvolvidos pelo tomador ou já tradicionais no município e/ou região onde está localizada sua propriedade. Por exemplo, na região semiárida, a bovinocultura de leite é a atividade predominante, daí a preferência pela compra de gado, especificamente, vaca leiteira; em regiões onde é forte a presença da criação de animais de médio porte, como suínos e ovinos, a preferência é a aquisição desses animais.

Segundo Lopes et al. (2018), as principais atividades não agrícolas financiadas pelo Agroamigo nos municípios pesquisados foram o artesanato, com 628 contratos e rendas, bicos e bordados, com 395 contratos, circunscritos aos municípios de Tobias Barreto, Lagarto, Itaporanga D’Ajuda e Riachão do Dantas.

Outras atividades, como bares e restaurantes, bijuterias, cabeleireiros e salões de beleza, sorveterias, confeitarias, casas de chá, doces e salgados, doces, balas, bombons, confeitos e semelhantes, passamanaria, fitas, rendas e bordados também foram financiadas, porém ainda com inexpressiva presença em relação ao total de contratos.

No que se refere ao crédito concedido para aplicação em artesanato, a quase totalidade, por exemplo, dos 1.872 financiamentos na modalidade Agroamigo Crescer foi feita por mulheres, residentes em apenas três municípios que, juntos, respondiam por 83,0% do total dos contratos, a saber: Lagarto (39,6%), Tobias Barreto (25,1%) e Itaporanga D’Ajuda (18,3%)

Tobias Barreto, localizado no sul do Estado, aparece como o principal município, com a maioria dos contratos dirigida para o artesanato têxtil. Conhecida como a capital sergipana do bordado, produz peças de cama, mesa e banho, caminhos de mesa, dentre outros, em bordados do tipo Richelieu, Crivo, Caseado, Ponto de Cruz e Rendedê, além de peça em cerâmica e pintura.

O município de Lagarto ocupa o primeiro lugar entre os 10 municípios pesquisados, no que se refere a serviços auxiliares à indústria de vestuário, mas também é forte no artesanato de couro e palha, com a confecção de selas e apetrechos de montaria, gibão, sandálias, cintos e carteiras e a fabricação de caçuás, balaios, cestas, bolsas, chapéus e esteiras, utilizando como matéria-prima: cipó, taquara, junco, fibra e palha de palmáceas.

No município de Itaporanga D’Ajuda, outro dos três municípios com maior número de contratos para a fabricação de artesanato, o destaque são as peças confeccionadas em madeira, tecido, além de diversos tipos de bordados em ponto cruz, a exemplo de passadeiras, jogos de cozinha e cestos e bolsas de palha femininas.

Dentre os chamados serviços auxiliares estão a contratação de pessoas que executam as mais diversas etapas da confecção do artesanato, como atividades de corte e costura, arremate, pintura e acabamento das peças. Chama a atenção uma única operação de financiamento para artesanato indígena, feita no município de Riachão do Dantas.

Ainda no que diz respeito à questão da inovação produtiva, ela ainda é muito incipiente. Nas raras vezes em que ocorre, geralmente está restrita a modificações superficiais no processo produtivo ou na gestão do empreendimento, com base nas orientações recebidas do assessor do Agroamigo, notadamente no que diz respeito ao controle dos custos e nas oportunidades de mercado, a exemplo das vendas para mercados institucionais como o PAA e PNAE.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

É indiscutível a importância que o Programa Agroamigo tem para alavancar as atividades produtivas desenvolvidas no âmbito da agricultura familiar, principalmente por ter como foco central e exclusivo agricultores rurais com escassez de recursos da região Nordeste.

Experiências de implementação de políticas públicas para o meio rural e programas de financiamento voltados exclusivamente à categoria de agricultores familiares na América Latina e no Brasil, em particular, mostram que suas ações têm contribuído para a diminuição da pobreza e melhoria nas condições de vida das famílias beneficiadas, não raro transbordando o âmbito local. Como afirma Lopes et al. (2018, p.84):

Em se tratando de regiões historicamente marcadas pelas desigualdades regionais, onde a pobreza e a miséria atingem contingente expressivo de sua população rural, como o Nordeste brasileiro, elas são, mais do que necessárias, imprescindíveis. Assim, é importante olhar os resultados alcançados pelo Agroamigo em Sergipe, em pouco mais de uma década de execução, em pelo menos dois aspectos: o que se refere à escala e o que diz respeito à efetividade.

Nesse sentido, os resultados da pesquisa sobre o desempenho do Agroamigo em Sergipe corroboram as conclusões a que chegaram Aquino e Bastos (2015), de que esse programa tem sido exitoso em termos operacionais, mas apresenta efeitos reduzidos no que concerne à estruturação das unidades produtivas e à diversificação das fontes de rendimentos das famílias beneficiárias.

Ademais, seus resultados socioeconômicos ainda são tímidos, haja vista a sua baixa integração com outras políticas de governo, mesmo aquelas voltadas para o meio rural, o que pode estar contribuindo para limitar a sua capacidade de promover o bem-estar social no campo. Pelos dados trabalhados (BNB, 2023), evidencia-se que as operações de crédito com base no Agroamigo ainda precisam ser expandidas. Acredita-se que as mudanças institucionais mais recentes podem contribuir para novos desafios, que transcendem os limites do financiamento, em que o acompanhamento e o monitoramento serão os novos instrumentos para efetivação do programa.

Ao contrário do que sucedeu com o PRONAF, que apesar de seu caráter social inovador enfrentou muitos problemas operacionais nos seus primeiros anos de existência, o desenho do Agroamigo e a metodologia criada para a sua execução parecem ter sido essenciais para os bons resultados que vem apresentando o programa.

Calçado em evidências empíricas, a metodologia do Agroamigo rompeu com as rotinas administrativas e com a visão setorial dos mediadores encarregados de dar vida ao Pronaf na esfera local (sindicatos, órgãos de assistência técnica e bancos públicos) e que representaram verdadeiras barreiras institucionais para o avanço do atendimento aos agricultores pobres.

Em primeiro lugar, os operadores do Agroamigo, tanto os coordenadores como os agentes de microcrédito e os assistentes da coordenação, parecem ter internalizado profundamente o conhecimento sobre o programa e a estratégia para implementá-lo, a partir do treinamento e capacitação continuada que recebem do INEC desde a sua contratação, o que lhes permitem aperfeiçoar sua atuação junto aos agricultores familiares atendidos pelo Programa, de modo a se adequarem às mudanças nas normas e procedimentos que visam a melhorar o desempenho de execução do Programa. Trabalhando de forma coesa e cooperativa, cada um deles conhece perfeitamente suas obrigações e as dos demais, o que facilita o processo de operacionalização na tomada do crédito pelos agricultores familiares e o consequente alcance de bons resultados na sua aplicação.

Esses impactos se traduzem em melhoria da alimentação da família, aquisição e/ou melhoria da residência, compra de terras, abertura de conta poupança em banco, compra de motocicleta, geladeira e fogão, dentre outros bens de consumo duráveis. Todos esses bens materiais são adquiridos com o aumento da renda monetária que passam a auferir após o acesso ao programa ao longo

dos anos, fruto da comercialização dos produtos provenientes das atividades agrícolas e/ou não agrícolas que a família desenvolve.

Outro aspecto importante é a constatação de que, nesses 18 anos de existência do Agroamigo, são os agricultores familiares dos municípios mais deprimidos, do ponto de vista socioeconômico, situados na região semiárida de Sergipe, os que têm recebido maior aporte de recursos do programa, o que se afigura como mais um indicador positivo de sua contribuição às atividades produtivas que ali são praticadas, principalmente, a criação de animais bovinos para a produção de leite e seus derivados.

Já no tocante à articulação interinstitucional e à interface do Agroamigo com outras políticas públicas, essas são metas a serem alcançadas. Apesar de existente, é pouco efetiva e depende muito mais das relações interpessoais de operadores do Programa – coordenadores e agentes de microcrédito – com técnicos e dirigentes de órgãos municipais e organizações sindicais do que compromissos formais entre as instituições e o Banco.

Finalmente, um outro aspecto a ser ressaltado sobre os efeitos e impactos do Agroamigo em Sergipe é a relação entre os agricultores familiares e a economia local. É inegável a sua contribuição à dinamização das atividades comerciais e ao aumento da arrecadação municipal, embora ainda não na magnitude desejada. Ao injetar, anualmente, recursos financeiros consideráveis nos municípios atendidos pelo Programa, o Agroamigo potencializa e torna efetiva a realização e/ou reprodução de algumas atividades econômicas agrícolas e não-agrícolas, praticadas por uma categoria de produtores rurais que por muitos anos ficou à margem das políticas públicas, notadamente do crédito rural.

Uma fragilidade do programa é sua pouca influência na modificação da rigidez histórica que predomina na estrutura de comercialização dos produtos agropecuários no meio rural sergipano. Embora contribuindo para maior inserção ao mercado, ampliando o leque de suas opções de venda, isso parece ainda não ter sido suficiente para provocar alterações na estrutura de comercialização, historicamente dominada por atravessadores, que se apropriam da maior parte dos frutos do trabalho das famílias dos agricultores familiares nordestinos de baixa renda.

A fraca integração do Agroamigo com outras políticas públicas em execução no meio rural, a exemplo do Programa de Aquisição de Alimentos – PAA, tem dificultado que os participantes do programa possam obter maiores rendas com a venda de seus produtos nos chamados mercados institucionais. Assim, os instrumentos de compra de alimentos à disposição dos pequenos produtores rurais nas modalidades PAA, com compra direta de alimentos e a execução dos 30% do PNAE junto à agricultura familiar, para serem utilizados na merenda escolar das escolas públicas rurais e urbanas, por exemplo, têm sido pouco acionados.

Desde o início de sua implantação, essa tarefa tem sido estudada e implementada pelo INEC, com base em contratos de parceria renovados a cada dois anos. Se isso pode ser considerado positivo, no sentido de o Banco monitorar e fazer uma avaliação no progresso do Programa, também é factível perguntar: o que acontecerá no caso da não renovação?

Por outro lado, o ainda fraco desempenho do Agroamigo nos aspectos relacionados à inovação, diversificação produtiva e ampliação de atividades não produtivas são questões que requerem maior atenção dos executores do programa.

Em síntese, o programa Agroamigo em Sergipe nessas quase duas décadas de existência traz evidências robustas de uma experiência ímpar e exitosa, principalmente por focar no atendimento aos agricultores familiares mais pobres e pela sua estratégia de execução, com base na criação e fortalecimento da relação de proximidade entre os seus operadores e o público-alvo. Os resultados positivos apresentados pelo Programa são provas cabais de que está no caminho certo.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e serviço público: Novos desafios para a extensão rural. In: **Cadernos de Ciência & Tecnologia**. Brasília, v.15, n.1, p.137-157, jan./abr. 1998. Disponível em < <https://seer.sct.embrapa.br/index.php/cct/article/view/8932>>. Acesso em: 23 mar. 2023.
- _____. Finanças de Proximidade e desenvolvimento territorial no semi-árido brasileiro. In: COSSÍO, M. B. (ORG.) **Estrutura Agrária, Mercado de Trabalho e Pobreza Rural**. Disponível em: <http://www.econ.fea.usp.br/abramovay/artigos_cientificos.htm>. Acesso em 21 mar. 2023.
- AQUINO, J. R.; BASTOS, F. Dez anos do Programa Agroamigo na Região Nordeste: evolução, resultados e limites para o fortalecimento da agricultura familiar. **Revista Econômica do Nordeste**. Fortaleza, v. 46, suplemento especial, p.137-158, jul., 2015.
- BRITO, V. A. **Efeitos Socioeconômicos do Agroamigo**: uma estratégia de fortalecimento da Agricultura familiar no Estado de Sergipe. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal de Sergipe, 2017.
- BNB – BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A. **Agroamigo**: Relatório 2022. BNB, 2023.
- _____. **Relatório de Microfinanças**. 2012-2021. Disponível em < <https://www.bnb.gov.br/agroamigo/relatorios-e-resultados>>. Acesso em 10 mar 2023.
- _____. **Relatório gerencial do Agroamigo**. 2012-2022. Disponível em < <https://www.bnb.gov.br/agroamigo/relatorios-e-resultados>>. Acesso em 10 mar 2023.
- _____. **Operações de crédito do Agroamigo por município**: Ceará. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2023.
- _____. **Unidades de Atendimento do Agroamigo**. 2023. Disponível em <https://www.bnb.gov.br/web/guest/agroamigo/atendimento#0>. Acesso em 08 abr. 2023.
- CARVALHO, D. C. de. **Trajetórias do Pronaf em Sergipe**: desenvolvimento e mudanças sócio-espaciais. São Cristóvão: Editora UFS, 2018.
- COSTA, J. E. **Relatório de Pesquisa: Impactos do Programa do Microcrédito Produtivo e Orientado no Nordeste: os casos do Agroamigo do Banco do Nordeste**. Chamada CNPq/Ministério da Cidadania nº30/2019 - Estudos e Pesquisa em Avaliação de Políticas Sociais, Brasília. 2021.
- COSTA, J. E.; CARVALHO, D. M. de. Agricultura Familiar no Estado de Sergipe: Uma Leitura a partir dos dados do Censo Agropecuário 2017. **Revista Econômica do Nordeste (REN)**: Fortaleza, v. 51, suplemento especial, p. 195-209, agosto, 2020. Disponível em < <https://www.bnb.gov.br/revista/index.php/ren/article/view/1265/857>>. Acesso 12 mai 2023.
- DELGADO, G. C. **Do capital financeiro na agricultura à economia do agronegócio**: mudanças cíclicas em meio século (1965-2012). Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2012.
- FREIRE, F. F. de O. **História de Sergipe (1575-1855)**. Rio de Janeiro: Typographia Perserverança, 1891.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário**. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em < <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos>>. Acesso em 5 abr. 2023.

LOPES, E. S. A., SANTANA, M. C., REIS, A. B. **Relatório de pesquisa “Prospectar negócios e realizar sonhos: a experiência do Programa Agroamigo no estado de Sergipe”**. GEPRU/UFS/FAPITEC, Aracaju, 2018.

NORTH, D. C. **Institutions, Institutional Chance and Economic Performance**. Cambridge University Press. 2ª Edição, 2007.

_____. **Understanding the process of economic Change**. Princeton: Princeton University Press, 2005.